

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 28 de setembro a 2 de outubro de 2015, em Brasília.

OS ÚLTIMOS MOVIMENTOS NO TABULEIRO

O debate político deflagrado com as descobertas da Operação Lava Jato tomaram o país. Até o STF virou palco de disputa político-partidária, a partir das incisivas declarações do ministro Gilmar Mendes. A situação chegou ao ponto de representantes do MBL quebrarem a segurança da Corte e entregarem uma carta à ministra Luciana Lóssio pedindo a devolução das vistas do processo de investigação da campanha presidencial do PT no TSE.

Visando conter os danos no Congresso, a presidente Dilma fez um movimento para proteger seu governo. Deu ao PMDB, poder equivalente ao que o partido já teve, no primeiro mandato do presidente Lula, quando esse se via fustigado pelas denúncias do mensalão. Mas essa guinada no governo, realizada perante o mau humor do PT, deve render estabilidade apenas no curto prazo – talvez ligada apenas a votação dos temas menos polêmicos do ajuste fiscal. Aos petistas cabe agora deter a sangria em seu próprio partido, antes que ela contamine seus aliados.

A tese da união nacional puxada pelo PMDB, e adotada pela presidente Dilma, continua rendendo frutos. Os sindicatos de empresários e trabalhadores, a despeito de suas críticas (por motivos diversos) ao ajuste fiscal, se renderam à palavra de ordem. Ontem, na TV, foi a vez do PSDB, moderar seu discurso e defender como fundamental tirar o país do caos. Entretanto, o posicionamento dos partidos perante a reforma ministerial e a palavra final do TCU sobre as contas devem dar contornos mais significativos sobre a situação do Governo Dilma nas próximas semanas.

O encerramento da janela para troca partidária nesta sexta (2) deve também contribuir para minar as forças do Governo. Na última semana, a saída do PT de Alessandro Molon (RJ), que vinha se destacando na defesa do Governo no Plenário da Câmara, fortaleceu ainda o PSB, opositorista. No Senado, há expectativa de que Paulo Paim (RS) e Walter Pinheiro (BA) também sigam o mesmo caminho e se filiem ao PSB. O sempre fiel PCdoB também deve perder dois deputados, Aliel Machado (PR) e João Derly (RS), para a Rede. Em contraponto, Kassab tenta criar o Partido Liberal e puxar quadros do DEM, PMDB e PSDB.

Poder Executivo

Presidência da República

A Presidente **Dilma Rousseff** concluiu na manhã de hoje (28) sua participação na **70ª Assembleia Geral das Nações Unidas** em Nova York (Estados Unidos) com uma reunião com o Secretário-Geral das Nações Unidas, **Ban Ki-Moon**, e na abertura do Debate de Alto Nível do Fórum. Ela foi acompanhada de comitiva composta pelos ministros **Mauro Vieira** (Relações Exteriores); **Teresa Campello** (Desenvolvimento Social); **Izabella Teixeira** (Meio Ambiente); **Eleonora Oliveira** (Políticas para Mulheres); e **Luis Inácio Adams** (AGU). A delegação partiu dos EUA no início da tarde. Ao longo da semana a presidente deve voltar a se dedicar ao novo desenho da reforma política.

Encerra-se nesta quarta (30) o prazo para manifestação de veto presidencial ao **PL 5735/13**, que trata sobre a minirreforma eleitoral. Há expectativa de que a Presidente vete a contribuição empresarial para campanhas e a presidente possibilidade de que o veto venha a ser publicado apenas após a realização da sessão de vetos desta quarta (30) pode inviabilizar a derrubada desse veto em tempo hábil para as eleições

<p>Vice-Presidência</p>	<p>de 2016.</p> <p>O vice-presidente Michel Temer reuniu-se hoje (28) com o Ministro Francisco Falcão, Presidente do STJ.</p>
<p>Casa Civil</p>	<p>O ministro Aloizio Mercadante reuniu-se com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e, na sequência, recebeu Eduardo Paes, prefeito da cidade do Rio de Janeiro. No mais, participou de reunião com o ministro George Hilton (Esportes).</p>
<p>Secretaria de Aviação Civil (SAC)</p>	<p>O ministro Eliseu Padilha reuniu-se nesta segunda (28) com o deputado estadual Gabriel Souza (PMDB-RS) e com o prefeito de Gravataí, Marco Alba.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>A secretária-geral Eva Maria Chiavo se reuniu com o Conselho da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Pré-Sal Petróleo S.A.; e com o diretor do Instituto Pandiá Calógera, Antônio Jorge Ramalho. Na sequência, ela segue em viagem internacional para a Coreia, onde participa dos <u>6º Jogos Mundiais Militares</u>.</p>
<p>Ministério da Fazenda (MFAZ)</p>	<p>O ministro Joaquim Levy reuniu-se hoje (28) com representantes do Banco Mundial, na sede do Ministério. Já o secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Barbosa Saintive, esteve reunido com a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), e na sequência, recebeu assessores do senador José Serra (PSDB-SP) para reunião.</p> <p>Representante do Ministério viaja para Assunção (Paraguai) para participar da Reunião do Comitê Técnico nº 1 do MERCOSUL.</p> <p>O Secretário de Assuntos Internacionais, Antonio Balduino, retorna nesta quarta após cumprir agenda internacional em Londres (Inglaterra) e Frankfurt (Alemanha), onde participou de Reunião Plenária e da Conferência sobre Mudança Climática (FSB) e da 7ª Reunião de Negociadores-Chefes para o estabelecimento do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB).</p>
<p>Banco Central do Brasil (BACEN)</p>	<p>O presidente Alexandre Tombini realiza hoje (21) apenas atividades de trabalho em Brasília, sem compromisso público. Já o Diretor de Administração e de Relacionamento Institucional e Cidadania, Luiz Edson Feltrim, participou da reunião da <u>Câmara de Combate à Corrupção</u> do Ministério Público Federal, na sede da PGR, em Brasília/DF.</p> <p>O Boletim Focus divulgado hoje (28) avaliou que a economia brasileira deve ter queda de 2,8%, este ano, e de 1%, em 2016. A estimativa de déficit em transações correntes, compras e vendas de mercadorias do Brasil com o resto do mundo, passou de US\$ 71 bilhões para US\$ 70, em 2015. A balança comercial deve apresentar superávit de US\$ 11 bilhões, contra US\$ 10 bilhões previstos na semana passada. O investimento estrangeiro no país deve chegar a US\$ 65 bilhões. A projeção para a cotação do dólar, ao final este ano foi ajustada de R\$ 3,86 para R\$ 3,95. Para o fim de 2016, a projeção segue em R\$ 4. A projeção para a queda do PIB para este ano passou pela 11ª piora seguida. E a estimativa de</p>

	<p>retração para 2016 foi ajustada pela oitava vez consecutiva. Na semana passada a estimativas de encolhimento da economia eram 2,7%, em 2015, e 0,8%, no próximo ano. A Selic deve permanecer em 14,25% ao ano até o fim de 2015 e ser reduzida em 2016. Mas a projeção mediana (desconsidera os extremos da estimativa) para o fim de 2016 passou de 12,25% para 12,50% ao ano.</p>
<p>Ministério da Justiça (MJ)</p>	<p>O ministro José Eduardo Cardozo reuniu-se hoje (28) com o secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Delci Carlos Teixeira, para discutir questões de Segurança do Estado do Ceará. Na quarta (30), Cardozo deve comparecer à audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, para discutir o encaminhamento dado pelo Governo à proposta de regulamentação do Marco Civil da Internet.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCid)</p>	<p>O ministro Gilberto Kassab participou nesta segunda (28) do Anúncio de Investimentos em Saneamento e Mobilidade Urbana no Município de Santa Barbara d'Oeste/SP. Amanhã (29), Kassab se reúne com Prefeito de Campinas, Jonas Donizette; e com os deputados federais Arlindo Chinaglia (PT-SP), Sergio Britto (PSD-BA), Celso Russomano (PP-SP) e a senadora Ana Amélia (PP-RS). Já na quinta (1º), ele comparece ao lançamento da Frente Parlamentar em Defesa Nacional de Resíduos Sólidos.</p> <p>Encerra-se nesta sexta (2) o prazo para participar da Chamada Pública nº 01/2015 para selecionar propostas de eventos da área de <u>Saneamento Ambiental</u>. Serão disponibilizados até R\$ 100 mil em recursos federais para apoiar os eventos. A chamada é destinada a entidades privadas sem fins lucrativos (ONG).</p>
<p>Ministério das Comunicações (MiniCom)</p>	<p>Representante do Ministério cumpre agenda internacional em Lima (Peru) para participar das Reuniões do Grupo Técnico Executivo do Projeto de Integração Comercial por Envios Postais entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o Conselho Sul Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).</p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p> <p>Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)</p>	<p>O ministro Eduardo Braga reuniu-se hoje (28) com Sérgio Bandeira de Mello, presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicagás), e com Júlio Moreira, diretor-geral da Rosneft Brasil. Na quarta (30), Braga deve participar de audiência na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, para discutir a <u>situação das sondas de perfuração, plataformas de produção</u>, entre outros.</p> <p>Representante do Ministério cumpre agenda internacional em Portugal, com o objetivo de participar do XV Congresso Internacional da Qualidade da Construção (Conpat 2015).</p> <p>O diretor-geral Romeu Rufino participou hoje (28) de reunião para discutir o <u>Ofício 144/2015-DR/ANEEL - apresentação do Plano de Universalização</u>.</p>

	<p>Amanhã (29) coordena a 36ª Reunião Pública Extraordinária e Administrativa da Diretoria.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</p>	<p>O ministro Armando Monteiro, reuniu-se hoje (28) com Bertrand Marie Remy, presidente da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau – AIPC, e com Ernesto Baiardi, presidente da Odebrecht Infraestrutura.</p> <p>Excepcionalmente nesta segunda (28), o Ministério não divulgará os dados da balança comercial referente à quarta semana do mês de setembro. O anúncio com os dados consolidados do mês de setembro será realizado na quinta (1º) de outubro, em coletiva de imprensa.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p> <p>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA)</p>	<p>A ministra Izabella Teixeira retornou hoje (28) ao País após cumprir agenda oficial em Nova York (EUA) para acompanhar a Presidente Dilma Rousseff na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas.</p> <p>Se encerra nesta quarta (30) o prazo para o preenchimento do Ato Declaratório Ambiental (ADA), que foi iniciado em 1º de janeiro. As informações utilizadas no preenchimento devem ser relativas ao ano corrente, não havendo a possibilidade de entrega de dados de anos anteriores. O Ato Declaratório Ambiental - ADA é um instrumento legal que possibilita ao Proprietário Rural uma redução do Imposto Territorial Rural - ITR, em até 100%, quando declarar no Documento de Informação e Apuração (DIAT/ITR), Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (ARL), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Interesse Ecológico (AIE), Servidão Ambiental (ASA), áreas cobertas por Floresta Nativa (AFN) e áreas Alagadas para Usinas Hidrelétricas (AUH).</p> <p>Foi prorrogado pela Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (DBFlo) o prazo para transmissão do Ato Declaratório Ambiental (ADAWeb) 2015 para o dia <u>31 de outubro</u>. A ampliação do prazo objetiva evitar que proprietários rurais sejam prejudicados com as dificuldades que surgiram para a apresentação do ADA nas últimas semanas.</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p> <p>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)</p>	<p>O ministro Nelson Barbosa reuniu-se nesta segunda (29) com a Presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior. Amanhã (29), o ministro deve comparecer à audiência pública na Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados, para prestar esclarecimentos sobre os <u>Projetos de Lei Orçamentária para 2016 (PLN nº 7/2015)</u> e <u>Plano Plurianual para o período 2016-2019 (PLN nº 6/2015)</u>.</p> <p>Já o secretário executivo, Dyogo Oliveira, recebeu em seu gabinete os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Tarso Jereissati (PSDB-CE) e o presidente da APEX Brasil, Davi Barione.</p> <p>Ao longo da semana, serão divulgadas diversos estudos e pesquisas. Amanhã (29), o instituto divulga a <u>Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal</u>. Já na quarta (30), serão apresentadas estudo sobre as <u>Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos no Brasil - Unidades de prestação de serviços socioassistenciais e</u>, na sexta</p>

	(2), o <u>Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil</u> .
<p>Ministério dos Transportes (MTrans)</p> <p>Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)</p>	<p>O ministro Antonio Carlos Rodrigues realizou despachos internos ao longo do desta segunda (28).</p> <p>O diretor-geral Jorge Luiz Bastos cumpre agenda internacional em Bordeaux (França) onde deve participar do Congresso Mundial de Sistemas de Transporte Inteligente (ITS), devendo regressar ao País na quarta-feira (10).</p> <p>A Agência realiza, nesta terça (29), a terceira sessão presencial da Audiência Pública nº 8/2015, com o objetivo de colher subsídios para <u>concessão da BR-364/365/GO/MG</u>. As contribuições referem-se às minutas de edital e contrato, bem como ao Programa de Exploração da Rodovia (PER) e aos estudos de viabilidade.</p>

Poder Legislativo

<p>Congresso Nacional Plenário</p>	<p>Na quarta (30), às 11h, os parlamentares retomam a apreciação dos vetos presidenciais remanescentes da última semana. Entre os itens mais polêmicos e de grande impacto fiscal, permanecem o veto total aposto ao PLC 28/15, que trata sobre o <u>aumento salarial aos servidores do Poder Judiciário</u>; e o veto parcial aposto ao PLV 9/15 (MPV 672/15), que trata sobre a extensão da <u>política de valorização do salário mínimo a todos os aposentados</u>.</p> <p>Os parlamentares também pode deliberar sobre o PLN 3/15, que cria uma <u>gratificação para os representantes dos contribuintes</u> no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF).</p> <p>A possibilidade de que o veto à doação empresarial nas campanhas eleitorais seja publicado apenas após a reunião do Congresso pode contaminar o clima da sessão de vetos entre os deputados e traz preocupação para o Governo quanto aos temas mais polêmicos da pauta.</p>
<p>Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)</p>	<p>Na quarta (30), a Comissão torna a se reunir para apreciar os relatórios apresentados ao PLN 1/15, que <u>dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2016</u>. O deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE), apresentou parecer pela aprovação, na forma de substitutivo.</p>
<p>Comissões Mistas sobre Medidas Provisórias</p>	<p>Hoje (28), a Comissão da MPV 677/15, que autoriza a <u>companhia Hidro Elétrica do São Francisco a participar do fundo de energia do Nordeste</u>, promoveu audiência pública para instrução da matéria. Compareceram o governador Marconi Perillo (GO); o Secretário-Executivo do MME, Luiz Eduardo Barata; o Diretor-Geral da ANEEL, Romeu Donizete Rufino; e o Presidente da Eletrobrás, José da Costa Carvalho Neto; entre outros. Amanhã (29), os parlamentares voltam a se reunir para <u>apreciação do relatório</u>, ainda pendente, do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).</p> <p>Na terça (29), a Comissão da MPV 678/15, que prevê a utilização do <u>RDC</u></p>

Comissão Mista
Permanente sobre
Mudanças Climáticas
(CMMC)

Câmara dos Deputados
Plenário

Comissão de Constituição,
Justiça e de Cidadania
(CCJC)

Comissão de
Desenvolvimento
Econômico, Indústria e
Comércio (CDEIC)

para obras de segurança pública, se reúne para apreciação do relatório do deputado **Jovair Arantes** (PTB-GO), ainda pendente.

A Comissão da **MPV 691/15**, que dispõe sobre a venda de imóveis da União, promove duas **audiências públicas** nesta semana. Amanhã (29), recebe o representantes do Governo Federal, como o ministro **Nelson Barbosa** (Planejamento) e representantes do MD, MPF, MRE, AGU, entre outros. Já a audiência de quarta (30), contará com a presença dos prefeitos de algumas capitais, como Belo Horizonte/MG, Aracajú/SE, Belém/PA, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, São Luís/MA, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e Vitória/ES, além dos prefeitos de Rio Grande/RS e Santos/SP.

Na quarta (30), a Comissão da **MPV 680/15**, que estabelece o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), se reúne para apreciação do relatório do relator, deputado **Daniel Vilela** (PMDB-GO). Dentre as alterações, o relator incluiu dispositivo que estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado.

No mesmo dia, será realizada reunião para definição do plano de trabalho da Comissão da **MPV 690/15**, que altera o IPI das bebidas quentes e revoga a Lei do Bem.

Já na quinta (1º), a Comissão da **MPV 687/15**, que altera o valor das taxas de fiscalização, promove **audiência pública** com a presença de representantes do IBAMA, CADE e ANCINE.

A Comissão recebe em audiência pública nesta quinta (1º) a ministra **Izabella Teixeira** (Meio Ambiente) para debater a Proposta Brasileira a ser apresentada na 21ª Conferência sobre clima da ONU, em Paris (França).

Os deputados se reúnem em sessões deliberativas em Plenário de terça (29) a quinta (1º), com a possibilidade análise de vários projetos de lei voltados para o estímulo ao turismo, o **PL 2430/03**, que dispensa o visto para a entrada de turistas dos Estados Unidos.

Permanece como destaque da pauta o **PL 2289/07**, que trata sobre os critérios de aquisição de terras por estrangeiros.

Na quinta (1º), os deputados recebem a ministra **Tereza Campello** (Desenvolvimento Social) para tratar sobre os projetos e prioridades de sua pasta.

A Comissão promove reuniões deliberativas de terça (29) a quinta (1º) quando pode apreciar, entre outros itens, o **PL 6530/09**, que amplia geração de créditos tributários para empresas – cujo relator, deputado **Manoel Junior** (PMDB-PB), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas.

A Comissão realiza reunião deliberativa na quarta (30), quando pode ser apreciado, entre outras matérias, o **PLP 45/15**, que prevê às micro e pequenas empresas o direito de pagar ICMS pela alíquota máxima a elas aplicável. O projeto conta com parecer do deputado **Laércio Oliveira** (SD-

	<p>SE) pela aprovação, com emenda.</p>
<p>Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)</p> <p>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</p>	<p>Nesta quarta (30), a Comissão poderá deliberar o PL 6525/13, que dispõe sobre o <u>Sistema de Financiamento Imobiliário para fins de disciplinar o tratamento da alienação fiduciária em garantia</u>. A matéria recebeu parecer do relator, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), pela aprovação, e rejeição de emendas e do apensado, PL 7484/14.</p> <p>Nesta quarta (30), a Comissão se reúne em sessão deliberativa, quando deve apreciar, entre outras matérias, o PL 1788/11, que <u>dispõe sobre a restrição de financiamento de operações de concentração econômica pelo BNDES, BB e CEF</u>. O relator, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), apresentou parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas e no mérito, pela aprovação.</p> <p>Consta ainda na pauta o PL 5413/13, que dispõe sobre a <u>concessão do Selo Estabelecimento Sustentável</u> – cujo parecer, do deputado Bruno Covas (PSDB-SP), é pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas.</p> <p>Também na quarta (30), a <u>Subcomissão Permanente da Dívida Pública Brasileira</u> realiza reunião para apresentar e discutir seu plano de trabalho.</p> <p>Nesta quinta (1º), a Comissão realiza sua reunião mensal, reservada aos parlamentares, com o secretário do tesouro nacional, Marcelo Barbosa Saintive, para discutir e analisar a <u>execução orçamentária da União, bem como o desempenho das transferências constitucionais dos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios</u>.</p>
<p>Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)</p>	<p>Na quarta (30), a Comissão se reúne em sessão deliberativa, na qual o principal destaque é novamente o PDC 108/15, que susta a Resolução do CONAMA sobre <u>parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APP)</u>. O relator, deputado Stefano Aguiar (PSB-MG), apresentou parecer pela aprovação. Também consta na pauta o PDC 171/15, que susta outra Resolução do CONAMA acerca de aspectos de <u>licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente</u> – cujo relator, deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), se manifestou pela aprovação.</p> <p>Na quinta (1º), em conjunto com a CDU, os deputados promovem audiência pública para tratar sobre <u>certificação das arenas na copa de 2014</u>. Os convidados para o debate sobre Cláudio Langone, Coordenador da Câmara Temática de Meio Ambiente e Sustentabilidade do ME, e Felipe Faria, Diretor do Green Building Council Brasil.</p>
<p>Comissão Especial da Escolha de Ministro do STF pelo Congresso Nacional (PEC 473/01)</p>	<p>A Comissão se reúne nesta quarta (30) para <u>votação do parecer</u> do relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), pela aprovação da matéria nos termos do substitutivo.</p>
<p>Comissão Especial sobre a Lei de Migração (PL 2516/15)</p>	<p>A Comissão se reúne nesta quarta (30) para definição do roteiro de trabalhos da Comissão e deliberação de requerimentos</p>
<p>Comissão Especial sobre o</p>	<p>A Comissão promove nesta quinta (1º) sua reunião de instalação com a</p>

Financiamento da Atividade Sindical	<u>eleição do presidente e vice-presidentes e escolha do relator.</u>
Comissão Especial sobre a Reforma Tributária	Nesta terça (29), está agendada reunião deliberativa para <u>apresentação e discussão do relatório</u> do deputado Andre Moura (PSC-SE). A comissão se reúne ainda na quinta (1º), quando realiza audiência pública para debater os rumos do <u>sistema tributário nacional, especialmente sobre alterações constitucionais para a fusão de impostos de base de consumo e de base de renda</u> . Foi convidado para o debate o ex-deputado e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcos Cintra .
CPI do BNDES	Amanhã (29), os membros da Comissão ouvirão o depoimento do ex-presidente do BNDES, Guido Mantega . Na quinta (1º), a Comissão se reúne para <u>deliberação de requerimentos</u> .
CPI da Petrobrás	A Comissão se reúne nesta terça (28) para tomar os <u>depoimentos</u> de Daniel Feffer e David Feffer , dirigentes da Suzano Papel e Celulose; Mário Renato Fanton , Rivaldo Venâncio e Paulo Renato Herrera , delegados de Polícia Federal; e Maria Inês Slussarek e José Eraldo de Araújo , agentes da Polícia Federal. Na quinta (1º) será realizada nova audiência para tomar o <u>depoimento</u> do ex-presidente da transportadora Gasene, Antonio Carlos de Azeredo ; e dos delegados da Polícia Federal, Maurício Grillo ; Rosalvo Franco ; e José Washington Santos .
Frente Parlamentar em Defesa da Política Nacional de Resíduos Sólidos	A Frente, coordenada pelo deputado Victor Mendes (PV-MA), será lançada nesta quarta (1º) em evento na Sala VIP, no 10º Andar do Anexo 4.
Senado Federal	
Plenário	A pauta do Plenário do Senado está trancada por duas medidas provisórias que devem ser votadas nesta semana: a MPV 679/15 , que traz disposições para a realização dos <u>Jogos Olímpicos 2016</u> ; e a MPV 681/15 , que dispõe sobre o <u>desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito</u> . Permanecem na pauta os projetos que tratam sobre alterações no Código de Defesa do Consumidor aprovados na CCJ no início do mês: PLS 281/12 , que dispõe sobre o <u>comércio eletrônico, cadastro em banco de dados e entrega de imóveis</u> , entre outros temas; e o PLS 283/12 , que dispõe sobre a <u>prevenção ao superendividamento</u> .
Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	A comissão se reúne em audiência pública nesta terça (29), para ouvir a proposta do <u>Movimento Brasil Eficiente para a superação das atuais dificuldades fiscais enfrentadas pelo Estado brasileiro e a situação atual da dívida pública</u> . Foram convidados para o debate o coordenador do Movimento Brasil Eficiente, Paulo de Castro ; e representante da USP, Thiago Custodio Biscuola .
Comissão de Direitos Humanos e Legislação	A Comissão promoveu hoje (28) audiência pública para debater a participação da sociedade na gestão do pré-sal e o PLS 131/15 , que

Participativa (CDH)	flexibiliza a <u>exploração de petróleo no pré-sal</u> . Entre os convidados estão representantes da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul (Sosecon), da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) e da Federação Única dos Petroleiros (FUP).
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)	Nesta terça (29), a Comissão realiza sessão deliberativa, quando pode ser apreciado, entre outros itens, o PLS 523/13 , que institui a <u>Política Nacional de Resíduos Sólidos</u> . O projeto é relatado pelo senador Jorge Viana (PT-AC) e conta com parecer pela aprovação, com emendas. Outra matéria que pode ser deliberada é o PLS 99/13 , que <u>veda a suspensão ou o cancelamento de obra pública nas condições que especifica</u> . O relator, senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou parecer pela prejudicialidade da matéria.
Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)	Na quarta (30), a Comissão se reúne para promover a sabatina do Sr. Otávio Luiz Rodrigues Junior para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da ANATEL. A indicação é relatada pelo senador Elmano Férrer (PTB-PI). Na mesma data, também deve ser lida o parecer do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) quanto à indicação de Fernando Fortes Meiro Filho , para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do DNIT.
Comissão Especial do Pacto Federativo	A Comissão analisa nesta quarta (30), o PLS 319/15 , que cria a <u>Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão</u> , e dá outras providências. A matéria, com parecer pela aprovação, com emendas, é relatada pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA).

Política

PSB nega acordo com PSDB para eleição presidencial de 2018. O presidente do PSB, Carlos Siqueira, desmentiu nesta segunda a informação de que um acordo entre o PSB e o PSDB haveria sido firmado para a sucessão presidencial em 2018. A notícia foi publicada pelo colunista Cláudio Humberto, do site Diário do Poder. A informação “não guarda absolutamente nenhuma correspondência com a realidade política do nosso partido”, disse Siqueira. Em coluna replicada em diversos jornais do Brasil, Humberto disse que o PSB indicará o candidato à vice na chapa de Aécio Neves em 2018. Estariam cotados para a vaga a viúva de Eduardo Campos, Renata, e o governador de pernambucano, Paulo Câmara. Em carta encaminhada ao jornalista esta manhã, Siqueira desmentiu “com veemência” a publicação, afirmando que a aliança entre o PSB e o PSDB nas últimas eleições foi “circunstancial e pontual”. Disse ainda que o PSB pretende lançar candidatura própria em 2018, por considerar que a polarização entre PSDB e PT “envelheceu”.

Lula reúne cúpula do PT para debater reforma ministerial e impeachment nesta quarta (30). O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reúne, nesta quarta (30), com o comando nacional do PT para discutir saídas para crise política e contra eventual processo de impeachment. A participação de Lula atende a um pedido da cúpula do partido, que pretende discutir com ele os rumos do PT. Embora não exista uma pauta pré-definida, petistas afirmam que a intenção é debater a reforma ministerial elaborada pela presidente Dilma Rousseff e estratégia em defesa da permanência da presidente Dilma Rousseff. O PT também recorreu a Lula para que ele detenha a debandada de deputados e senadores, além dos prefeitos que, temendo derrota nas eleições, migraram de partido. A reunião consumirá todo o dia. A movimentação de Lula é fruto de uma estratégia traçada com a concordância de Dilma. Segundo seus colaboradores, Lula deve ampliar sua presença na vida do partido, além de viajar pelo país e a Brasília.

Com apoio de ministros, Kassab faz nova ofensiva para esvaziar PMDB. Com o apoio do primeiro escalão de Dilma Rousseff, o ministro Gilberto Kassab (Cidades) patrocina nesta semana a última tentativa de recriar o Partido Liberal, legenda cujo objetivo é formar um bloco governista para rivalizar com o PMDB, além de esvaziar a oposição e o movimento pró-impeachment. A pedido do ex-prefeito de São Paulo, integrantes do Palácio do Planalto adiaram a publicação da sanção presidencial à reforma política aprovada pelo Congresso. Caso saísse no Diário Oficial na sexta (25), como esperado, a medida jogaria por terra os planos de Kassab de levar até 28 deputados federais para a nova sigla. A movimentação de bastidores do ministro das Cidades, hoje um dos mais fiéis aliados de Dilma, começou logo após a reeleição da petista, no ano passado. Incomodado com o poder do PMDB na coalizão —é o maior partido aliado a Dilma—, o Palácio do Planalto deu sinal verde a Kassab e a Cid Gomes (que viria a ser ministro da Educação) para tentar criar um polo alternativo. Sempre negando publicamente estar ligado à operação, Kassab começou, por meio de aliados, a tentativa de recriar o Partido Liberal. O intuito era atrair deputados federais da oposição e do PMDB para a nova sigla e, depois, fundi-la com o PSD (o atual partido que Kassab comanda), superando em tamanho os peemedebistas. Hoje o PMDB tem 66 deputados federais; o PSD, 34. A ação, porém, esbarrou na derrota do governo para Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que em fevereiro assumiu a presidência da Câmara dos Deputados e, desde então, trabalha para minar os planos de Kassab e denunciar publicamente a tentativa do Planalto de alvejar o parceiro PMDB.

Cunha diz que despacha pedidos de impeachment de Dilma nesta semana. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse nesta segunda-feira (28) que vai despachar alguns pedidos de impeachment da presidente Dilma Rousseff nesta semana. Os pedidos foram apresentados por integrantes da oposição e cabe ao presidente da Câmara aceitar ou rejeitar. Caso ele aceite, uma comissão especial e criada para deliberar sobre o processo de impeachment. Cunha deu a declaração no Rio de Janeiro, ao ser questionado por jornalistas sobre o tema. Ele foi à cidade participar de evento na Assembleia Legislativa. "Eu vou despachar alguns [pedidos de impeachment] e isso é parte do juízo decisório que estamos fazendo", afirmou o presidente da Câmara. Os jornalistas então perguntaram quando. "Nesta semana. Esta semana já despacho alguns", completou Cunha. No início de agosto, ele arquivou quatro pedidos de abertura de processo de impeachment da presidente, por não cumprirem requisitos formais.

Se aprovada, PEC da CPMF só valerá em julho de 2016, diz Eduardo Cunha. presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirmou que caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria um imposto nos moldes da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) seja aprovada no Congresso, ele só entrará em vigor em julho de 2016. Em entrevista ao programa "Preto no Branco", comandado pelo jornalista Jorge Bastos Moreno no Canal Brasil, o parlamentar disse ainda que a proposta não será capaz de suprir o rombo do Orçamento no próximo ano. A entrevista foi exibida neste domingo (27). A presidente Dilma Rousseff enviou na última terça-feira (22) ao Congresso a PEC que cria o novo tributo. A cobrança só ocorrerá após 90 dias da eventual aprovação, segundo informou a Receita Federal. De acordo com o Ministério da Fazenda, a PEC estabelece uma alíquota de 0,2% sobre as movimentações financeiras. A cobrança deverá vigorar por até quatro anos, e os recursos arrecadados serão destinados à Previdência Social. "É impossível, mesmo que ela passe, ela entrar em vigor antes de julho de 2016. Então, ela não vai ter efeito para cobrir o déficit do ano que vem em nenhuma circunstância", declarou Cunha. O presidente da Câmara explicou que a demora se dará devido ao tempo necessário para a tramitação de PEC no Legislativo e à chamada "quarentena" — período de 90 dias — para a medida começar a valer. "É porque é um problema regimental. A PEC, uma Proposta de Emenda à Constituição, quando é mandada para o Congresso, começando na Câmara dos Deputados, primeiro tem que ter admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça. Essa Comissão pode levar três meses, dois, um...", disse. "Depois [são] 80 a 100 dias para sair de uma comissão especial, depois ir votar no plenário em dois turnos para ir ao Senado Federal e ter seu rito", completou. Ele disse ainda ter informado à presidente Dilma Rousseff que achava "muito difícil" a PEC passar no Congresso. "Quando falei com ela pessoalmente, ela ainda não tinha a decisão da CPMF. Quando foi anunciar, ela me comunicou gentilmente e me procurou, mas disse a ela que achava muito difícil passar no Congresso.

Randolfe Rodrigues e Heloísa Helena deixam o Psol. O senador Randolfe Rodrigues (AP) começa a semana sem partido. Ontem (27) ele oficializou, com uma carta à militância do Psol, sua saída da legenda. "A partir de hoje deixo de ser um filiado e passo a ser um amigo do partido. Tenho orgulho de ter feito parte da construção do Psol. Um partido de lutas justas e de resistência contra os ataques aos direitos individuais

e coletivos. Um partido irrepreensível do ponto de vista ético, de prática parlamentar irretocável e onde guardo uma multidão de companheiros”, disse o senador no documento. Randolfe disse que desde que desistiu da candidatura à presidência da República, nas eleições de 2014, as relações internas no partido “estavam muito deterioradas”. “Acho que era o melhor para mim e para o Psol que não se identificava mais com a minha atuação, embora eu ache que tenha sido fiel, leal ao partido”. Randolfe ainda não definiu para que partido irá, mas se reúne hoje (28) em Brasília, às 15h, com a senadora Marina Silva do recém-criado Rede Sustentabilidade. Sem o senador, o Psol fica sem representantes no Senado. A ex-senadora Heloísa Helena, que hoje atua como vereadora em Maceió, também deixou o Psol neste fim de semana e foi para o Rede. “Rede Sim! Porque Marina merece e o Brasil precisa!”, publicou Heloísa Helena no Twitter, com uma foto sorridente ao lado de Marina Silva.

MPF pede arquivamento de inquérito sobre Lula. A Procuradoria da República no Distrito Federal decidiu pedir o arquivamento do inquérito instaurado para investigar suposto repasse da Portugal Telecom para o PT, segundo a assessoria de imprensa Ministério Público Federal no Distrito Federal. A apuração começou em 2013 a partir de depoimento dado pelo publicitário Marcos Valério, preso por ter sido operador da Ação Penal 470, o chamado mensalão. Entre os suspeitos de terem participado do esquema de negociação do repasse está o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir do depoimento foram abertos dois inquéritos, um civil e um policial, para apurar o caso. Segundo a assessoria, a decisão do arquivamento foi tomada pelo procurador Frederico Paiva, do Núcleo de Combate à Corrupção, após a investigação policial concluir que não foi possível provar o depoimento de Valério. Ambos inquéritos aguardam a homologação do arquivamento, o civil, na 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, e o policial, na 10ª Vara da Justiça Federal, no DF.

PSDB pede autorização do STF para Polícia Federal ouvir Dilma na Lava Jato. O PSDB entrou hoje(25) com uma petição no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo autorização para que a Polícia Federal (PF) tome depoimento da presidenta da República, Dilma Rousseff, nas investigações da Operação Lava Jato. O líder do partido na Câmara dos Deputados, Carlos Sampaio (SP) foi responsável por protocolar a petição. Sampaio, que também é vice-presidente jurídico do partido, se baseou no pedido feito pela PF há duas semanas para que o ex-presidente Lula possa ser ouvido no âmbito das investigações. Para ele, as justificativas utilizadas para se ouvir Lula também se aplicam à presidenta. “A própria condição funcional de Dilma Vanna Rousseff à época dos fatos, ou seja, ministra de Minas e Energia, presidente do Conselho de Administração da Petrobras e ministra da Casa Civil, por si só, a coloca no centro dos fatos criminosos, exigindo, no mínimo, explicações plausíveis e aceitáveis para eventual alegação de que ‘nada sabia’”, diz um trecho da peça. O deputado argumenta ainda que o fato de Dilma ser presidenta da República não afasta a possibilidade dela ser investigada. Segundo ele, ela apenas não poderia ser processada. O documento cita um entendimento do ministro Teori Zavascki que viabiliza “a instauração de procedimento meramente investigatório” contra chefe do Executivo, se for o caso.

Cunha defende limite constitucional para a carga tributária. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, defendeu nesta sexta-feira que seja fixado na Constituição um percentual máximo do Produto Interno Bruto (PIB) para a carga tributária. Segundo ele, a medida poderá conter propostas do governo como a recriação da CPMF, tema da PEC 140/15. “É preciso acabar com a história de que o Executivo pode ampliar os seus déficits sem limites, neste momento que o governo está propondo aumentar a CPMF e a carga tributária do País, chegando a níveis insuportáveis principalmente no período de retração econômica”, ressaltou Cunha, na abertura da edição do programa Câmara Itinerante em Goiânia (GO). A ideia, de acordo com o presidente, é debater a proposta de cota para a tributação na comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição da Reforma Tributária (PEC 233/08). O texto deverá ser levado ao em Plenário no final de outubro. O relator da reforma tributária, deputado Andre Moura (PSC-SE), reiterou que vai sugerir a substituição de vários tributos federais por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), além da unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Moura ressaltou que a reforma é “extremamente polêmica” e que “é difícil traçar um ponto comum”. Na sua avaliação, as mais de 113 PECs que tramitam sobre o tema no Congresso refletem a tentativa de modificar um sistema complexo, com concentração excessiva sobre o consumo. “Existem hoje 27 legislações sobre a tributação que são um verdadeiro tormento e elevam o Custo Brasil”, ressaltou. Em entrevista em Goiânia, Eduardo Cunha também defendeu a manutenção da janela de 30 dias, a seis meses das eleições, para que um parlamentar possa mudar de partido sem perder o mandato. A medida foi aprovada pelo Plenário no

último dia 10, como parte da minirreforma eleitoral que está para ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

Em evento em São Paulo, Marta Suplicy se filia ao PMDB. Depois de 33 anos no PT, a ex-prefeita de São Paulo e senadora Marta Suplicy oficializou neste sábado (26), na capital paulista, a sua filiação ao PMDB. O evento, realizado no Tuca, um dos símbolos da resistência ao regime militar, reuniu nomes como o presidente em exercício, Michel Temer, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Cunha foi aplaudido quando defendeu que o PMDB tenha candidatura própria à Presidência da República em 2018. "O PMDB tem de ter candidato a presidente da República. Não podemos mais ir a reboque de quem quer que seja. Time que não joga não tem torcida. Chega de usar o PMDB apenas como parte de um processo para dar cobertura congressional para aquilo que a gente não participou. (...) Que o PMDB siga seu exemplo, vamos largar o PT", disse a Marta. Também participaram do evento o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, o ministro Aldo Rebelo (Ciência e Tecnologia), senadores e deputados do PMDB e do PCdoB. Para o secretário municipal da Educação, Gabriel Chalita, a adesão da senadora ao PMDB agregará força de trabalho ao Brasil. "Marta disse que pretende trabalhar muito pelo país no Senado e é isso que precisamos neste momento". A chegada de Marta ao PMDB, no entanto, acirra a disputa por uma vaga à candidatura da Prefeitura municipal. "Em caso de candidatura própria, eu estou à disposição do partido", diz o secretário, que prevê que a disputa pode envolver quatro ou cinco nomes além do da senadora Marta Suplicy. Segundo ele, porém, o partido deve definir apenas no ano que vem se terá candidato próprio ou fará aliança com outro partido.

Judiciário

Sentença exclui ISS do cálculo do PIS e da Cofins. Ainda que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tenha definido que o ISS deve ser incluído na base de cálculo do PIS e da Cofins, em sede de recurso repetitivo, uma juíza federal decidiu julgar em sentido contrário, com o entendimento de que a questão é constitucional e cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) defini-la. Além de proibir a inclusão do imposto municipal no cálculo das contribuições sociais, a sentença proferida pela juíza Raquel Fernandez Perrini, da 4ª Vara Cível Federal de São Paulo, permite a compensação dos valores pagos a mais nos últimos cinco anos por uma empresa, quando houver o trânsito em julgado da ação (não couber mais recurso). Em sua decisão, a magistrada levou em consideração julgamento de 2014 em que o Supremo decidiu pela exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins em favor de um contribuinte. "Embora o precedente se refira ao ICMS, pode, por analogia, ser aplicado ao ISS/ISSQN, já que são tributos de mesma natureza", diz a juíza. A magistrada ainda destaca na decisão que o Supremo deverá analisar a discussão sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Cofins em um recurso com repercussão geral reconhecida ou na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 18, que gerará efeito para todos os contribuintes. O advogado da empresa, Daniel Carvalho, do escritório Freire Carvalho Advogados Associados, ressalta que "a despeito da recente decisão desfavorável proferida pelo STJ, há ainda muita argumentação para discussão sobre a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins". Ele defende que o pagamento do ISS - como ocorre com o ICMS - não representa sinal de riqueza obtida com a atividade econômica realizada pelas empresas, mas sim ônus fiscal. A decisão da 1ª Seção do STJ, favorável à Fazenda Nacional, foi proferida em junho de 2015. O entendimento foi adotado por maioria de votos. Com o julgamento, evitou-se um grande impacto nos cofres públicos: devolução de R\$ 7,8 bilhões aos contribuintes e queda na arrecadação anual de R\$ 750 milhões, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Os ministros analisaram recurso da Ogilvy e Mather Brasil Comunicação, que contestava decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (SP e MS). Os desembargadores entenderam que, apesar de pertencer ao município, o ISS integra o preço do bem ou serviço. Desta forma, seria faturamento.

Plenário do TSE nega cancelamento do registro civil do Partido da Causa Operária. Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiram na sessão desta quinta (24) não acolher representação do Ministério Público Eleitoral (MPE) que pedia o cancelamento do registro civil e do estatuto do Partido da Causa Operária (PCO). O Ministério Público sustentou na ação que a legenda não apresentou a prestação de contas do exercício de 2008. Ao julgar improcedente a representação, o relator, ministro João Otávio de Noronha, informou que o PCO apresentou posteriormente as contas de 2008, mesmo após julgadas como não prestadas. O relator disse que a legenda recolheu R\$ 38.721,00 ao erário em razão das omissões

ocorridas em 2008, valor “em muito inferior aos verificados em prestações de contas de outros partidos aprovadas com ressalvas [pelo TSE]”. Porém, o ministro advertiu no voto sobre a possibilidade da cassação do registro do partido “na hipótese de nova conduta omissiva”. Antes do voto do relator, o procurador eleitoral Humberto Jacques disse que as circunstâncias reveladas no processo “não autorizavam” a sanção tão severa como originalmente solicitada pelo MPE. Segundo ele, no caso da prestação de contas do PCO, o valor omitido é pequeno. “É exagerada a colocação da prestação de contas como causa, por si só, quando o assunto for meramente patrimonial, para a extinção de partido político”, observou o procurador eleitoral. A competência do TSE para determinar o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido político que não presta contas está prevista no inciso III do artigo 28 da Lei nº 9096/95.

Último Foco

Terrenos vão ajustar mercado. Os preços de terrenos devem direcionar o ritmo de ajuste no mercado imobiliário, que registra hoje um excesso de oferta e uma demanda reprimida, afirmou o coordenador do Índice FipeZap, Eduardo Zylberstajn. Segundo o especialista, em um mercado competitivo como o de imóveis, o equilíbrio tende a ocorrer através dos custos, uma vez que os empreendedores buscam preservar suas margens de ganho. “O ajuste poderia vir do cimento e da mão de obra, mas pela experiência internacional ocorre nos preços dos terrenos. Numa economia em que os juros sobem, os preços dos ativos tendem a cair”, disse o coordenador do Fipezap. Frente às dificuldades macroeconômicas e do próprio setor, Eduardo Zylberstajn explicou que os preços dos imóveis e o volume de lançamentos já têm perdido força no País, mas o diferencial no processo deve vir no preço da terra.

Japão consegue investigação sobre política industrial do Brasil na OMC. Como previsto, o Brasil não se opôs hoje, como tinha direito pelas regras comerciais, e o Japão conseguiu o estabelecimento de investigação contra a política industrial brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC) logo na sua primeira demanda. Normalmente, somente na segunda demanda é que o painel é autorizado. Assim, como já tinha sido anunciado, o painel obtido pelo Japão será juntado ao que a União Europeia (UE) abriu contra o Brasil no fim do ano passado. Na prática, Tóquio garante o direito de ser parte ativa no ataque ao Brasil, em vez de ser apenas terceira parte, num contencioso que tende a ser o mais duro enfrentado pelo Brasil na OMC. Os japoneses acusam o Brasil de impor sérias restrições aos produtos importados. Alegam que são medidas injustificáveis que visam proteger a indústria brasileira, atrapalham investimentos e manipulam a balança comercial “em detrimento dos legítimos interesses do Japão e de outros membros da OMC”. O Japão e a UE atacam o Inovar-Auto, programas de incentivo ligados a exigência de conteúdo local e outros. Hoje, na OMC, a delegação brasileira insistiu que os programas questionados “definitivamente não são subsídios contingentes a exportação de produtos” e que foram adotados para promover o desenvolvimento do Brasil e, portanto, não aos custos das obrigações do Brasil na OMC.

Bancos vão propor adiamento de IPO da Caixa Seguridade, diz fonte. Os bancos de investimento que estão assessorando a oferta pública inicial de ações da Caixa Seguridade vão recomendar o adiamento da operação até abril, uma vez que as condições dos mercados se deterioraram acentuadamente nos últimos dias, afirmou nesta segunda-feira uma fonte envolvida diretamente com a transação. Representantes da Caixa Econômica Federal e da Caixa Seguridade Participações devem se reunir em Brasília nesta segunda-feira às 11h para discutir o assunto, afirmou a fonte. Segundo a fonte, no caso do Tesouro, que controla a Caixa, decidir prosseguir com a venda das ações, os organizadores da oferta vão propor o lançamento da operação assim que for possível sob “altíssimo risco de execução e deságio na operação de precificação”.

Construção civil opera com menor capacidade já registrada, diz CNI. A construção civil operou com a menor capacidade já registrada. A utilização da capacidade de operação do setor ficou em 58% no mês passado, em média. Esse foi o menor percentual da série histórica, iniciada em 2012, de acordo com a Sondagem Indústria da Construção, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sexta (25). Segundo a CNI, o crescimento da ociosidade deve-se à ampliação dos prazos de entregas das obras devido aos problemas financeiros dos clientes. Com o adiamento dessas entregas, os recursos e equipamentos continuam nos canteiros de obras, mas sendo utilizados parcialmente. Além disso, conforme a confederação, os empresários estão sendo surpreendidos por quedas mais intensas da demanda do que as previstas. O nível de atividade em relação ao usual para o mês, que assinalou 28,5 pontos em julho,

registrou 27,2 pontos em agosto. O índice varia de zero a 100 pontos e valores abaixo de 50 pontos indicam atividade abaixo do usual. De acordo com a CNI, a baixa atividade continua contribuindo para a queda no emprego do setor, cujo indicador se mantém abaixo da linha dos 50 pontos. O índice de número de empregados registrou 34,7 pontos em agosto, ante 36 pontos em julho, sinalizando que a retração do mercado de trabalho também se intensificou.

Construtoras apostam em arquitetura caprichada e financiamento para vender mais. Em meio à crise econômica atual, construtoras brasileiras precisam apostar em inovações e benefícios exclusivos se quiserem atrair mais clientes e, conseqüentemente, vendas. Localização, projeto arquitetônico arrojado e tecnologia de ponta - como fechaduras biométricas - além 30 itens de lazer são alguns dos principais diferenciais que fazem do Concept, projetado e construído pela Patrimônio Construções e Urbis Engenharia, o empreendimento mais premiado em Manaus. O prédio residencial foi vencedor da 21ª edição do Prêmio Master Imobiliário na categoria Empreendimento Residencial, considerado o "Oscar" do setor imobiliário no Brasil, promovido pela Federação Internacional das Profissões Imobiliárias (FIABCI-Brasil) e Sindicato da Habitação (Secovi-SP). E em 2012, venceu na categoria Marketing, quando ainda era um projeto. São os trunfos que as construtoras parceiras estão utilizando, junto com o financiamento próprio, para aquecer as vendas do produto. De acordo com o presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Amazonas (Ademi), Romero Reis, esse tipo de prêmio só acrescenta valor ao empreendimento e, como consequência, valoriza o investimento do cliente. "O prêmio é uma referência nacional e quando uma incorporadora local é blindada por essa referência, se nota a busca por novos parâmetros de qualidade nos produtos para a satisfação dos clientes". Para o diretor executivo da Urbis Engenharia, Marco Bolognese, todas essas vantagens dão um conforto aos seus clientes quando se fala de valorização do imóvel. "Comparado a outros empreendimentos na sua categoria e localização, o Concept ainda tem preços atrativos, com excelente custo benefício. Com as vendas das últimas unidades, os preços vão valorizar trazendo valor adicional aos nossos clientes", diz.

Com mais recursos, Brasil pode antecipar alcance de metas climáticas, diz Dilma. Após anunciar hoje (27) metas climáticas como reduzir a emissão de gases de efeito estufa em 43% até 2030, a presidenta Dilma Rousseff informou que, caso haja acesso a mais fontes de recursos, os objetivos podem ser atingidos mais rapidamente ou mesmo ampliados. "Estamos cumprindo nossas metas com recursos próprios. Obviamente, se tivermos mais recursos ou faremos as metas mais rápido ou podemos, inclusive, aumentá-las", afirmou a presidenta em entrevista a jornalistas. O compromisso brasileiro anunciado por Dilma é de redução da emissão de gases de efeito estufa de 37% até 2025 e de 43% até 2030. O ano-base utilizado para os cálculos é 2005, segundo a presidenta. Dilma citou ainda o objetivo de acabar com o desmatamento ilegal até 2030, ações de reflorestamento e a garantia de 45% de fontes renováveis no total da matriz energética brasileira. Os números foram apresentados durante a Conferência das Nações Unidas para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, em Nova York, e serão levados à Conferência do Clima, em Paris, como compromisso assumido pelo governo brasileiro. Dilma classificou as metas brasileiras como "ambiciosas". "Nossas metas são ambiciosas, porque achamos que é fundamental para a estabilidade do nosso crescimento ele ser sustentável". Sobre a intenção de acabar com o desmatamento ilegal até 2030, a presidenta acrescentou que esse objetivo pode ser antecipado. "Podemos, através do esforço do país e da sociedade, antecipá-lo".

PPE já alcança quase 50% da previsão inicial de adesões. Após pouco mais de três meses de efetivo funcionamento, o Programa de Proteção ao Emprego – PPE está próximo de alcançar 50% da previsão inicial de empregados beneficiados. Em 6 de julho, quando a Presidente Dilma Rousseff fez o lançamento, a meta anunciada era atingir 50 mil empregados. Até o momento, seis empresas já confirmaram a participação e outras 27 estão com processo de adesão em análise, totalizando 23.971 trabalhadores. Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, esse balanço inicial já merece ser comemorado.

Construção lança método de resolução de conflito. O mercado da construção civil começa a se preparar para adotar um novo método de resolução de conflitos. A ferramenta, importada da Inglaterra, ganhou no Brasil o mesmo nome: "adjudicação" (tradução de "adjudication"). É uma alternativa que promete ser mais barata que o chamado "dispute board", um método de arbitragem utilizado pelo setor. A adoção da nova ferramenta deve estar expressa em contrato. E, em caso de litígio, as partes terão de escolher um único adjudicador (uma espécie de árbitro) para resolver o problema. No "dispute board", utiliza-se mais

profissionais (três técnicos), que acompanham o andamento da obra do início ao fim. O lançamento da nova ferramenta será feito hoje, na Câmara de Mediação e Arbitragem do Instituto de Engenharia, em São Paulo. Árbitro da entidade e um dos especialistas engajados na divulgação do método, Marcelo Mesquita estima que, no Brasil, os custos irão variar entre R\$ 6 mil e R\$ 30 mil por disputa, o que o tornaria cinco vezes mais barata que a arbitragem por "dispute board". O cálculo leva em consideração uma estimativa de 20 a 100 horas trabalhadas. "Ainda não temos uma tabela de valores, mas o pagamento será feito com base no que é cobrado por hora de um consultor de engenharia", diz Mesquita. "Esses valores ficam bem abaixo da arbitragem atual porque não é preciso contratar três especialistas para acompanhar toda a obra." Por conta do valor, a adjudicação poderá ser utilizada em construções de pequeno e médio portes ou em grandes obras de baixa complexidade. Outra grande vantagem do novo método é o prazo para a resolução do conflito, de no máximo 45 dias. Na arbitragem tradicional, a resolução de um conflito leva, em média, dois anos. E na Justiça pode se arrastar por muito mais tempo.